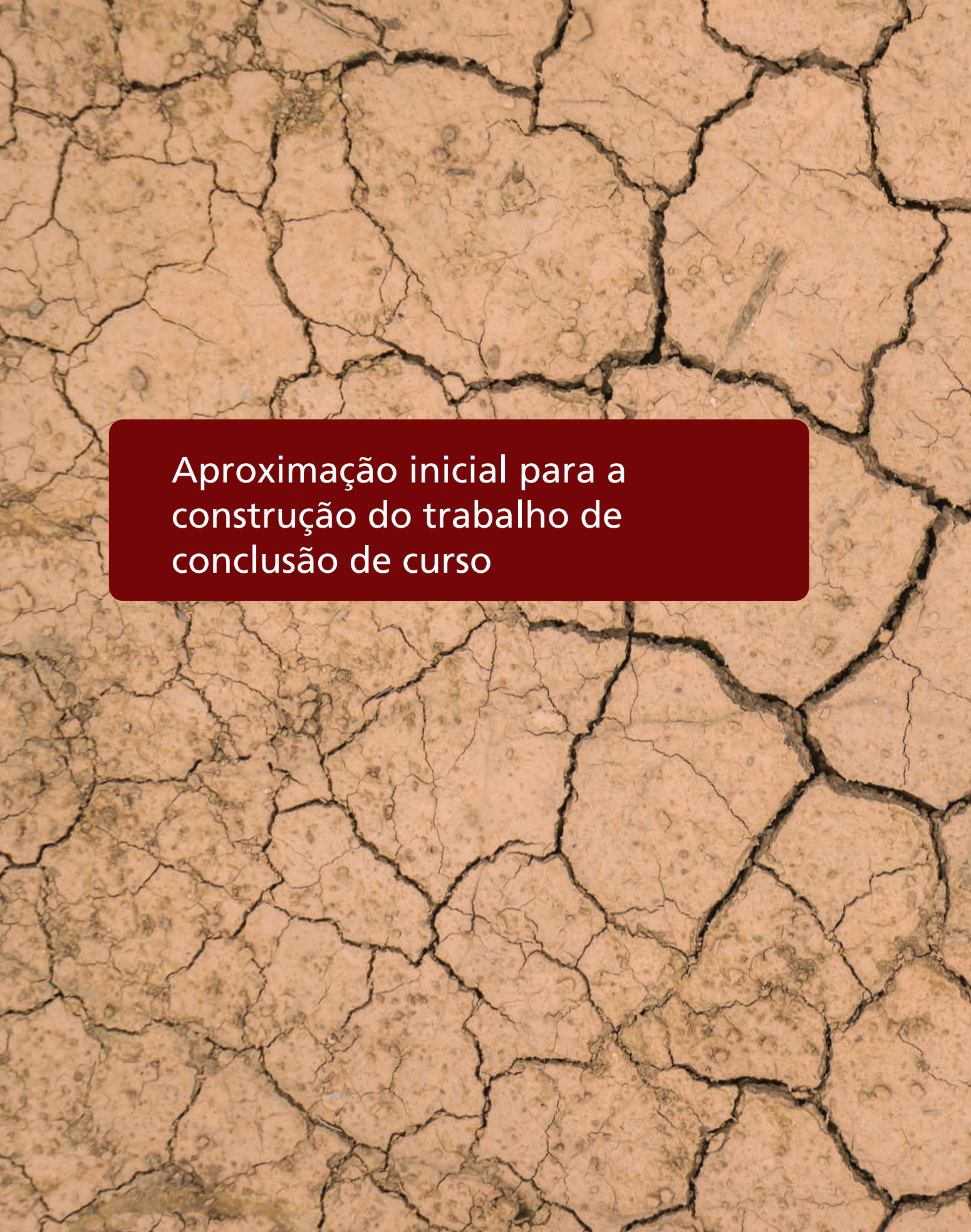




Aproximação inicial para a
construção do trabalho de
conclusão de curso



Aproximação inicial para a construção do trabalho de conclusão de curso¹

*Rosely Magalhães de Oliveira, Elomar Castilho Barilli,
Helena Maria Scherlowski Leal David*

Quando escrevemos um projeto, estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por que, por quanto tempo etc.). Isso porque o projeto científico trabalha com um objeto construído e não com o objeto percebido, nem com o objeto real. (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1997, *apud* DESLANDES, 2010).

Introdução

No primeiro momento presencial, iniciamos as reflexões e discussões sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), neste caso um projeto de intervenção, que será construído transversalmente ao longo do curso. Para isso, espera-se estimular uma reflexão crítica do processo de trabalho e, assim, formar profissionais com uma visão prospectiva e propositiva para fortalecer as capacidades de prontidão e resposta diante de situações de emergência e desastres no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um projeto de intervenção não retira o caráter científico e a necessidade de você se apoiar em um certo rigor para construí-lo. Para isso, vamos propor algumas reflexões importantes, que dizem respeito à relação

¹ Texto adaptado por Isabel Lamarca, Gíssia Galvão e Maria Cristina Botelho de Figueiredo do material didático digital do Curso Tecnologias Educacionais para a Prática Docente no Ensino da Saúde na Escola, desenvolvido pela Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CDEAD/ENSP) da Fiocruz, em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2017.

entre linguagem, realidade e produção de conhecimentos. Nesse sentido, propomos que você lance um olhar investigativo como ponto de partida. Em outras palavras, que você “pense sobre o pensamento”.

Nosso senso comum diário, as formas de pensar e sentir que usamos no cotidiano nos levam a olhar os fenômenos como prontos, dados. Isso porque no dia a dia e, em geral, na vida, com suas imprevisibilidades e decisões a serem tomadas, é impossível que fiquemos analisando o tempo todo os porquês das coisas. Um olhar crítico e cuidadoso sobre a realidade, no entanto, exige atenção e a elaboração de perguntas, de descrições sobre a realidade, de explicações sobre os fenômenos.

A ciência opera num sentido mais preciso e sistemático. Mas, para dar início a qualquer investigação de caráter científico, a observação de um fenômeno ou situação da realidade não pode ser descrita apenas em termos da linguagem cotidiana.

A linguagem não é neutra, nem é produzida como algo externo ao pesquisador. Na ciência, como na vida, é preciso que lancemos mão da nossa bagagem de conhecimentos (profissionais e pessoais) para realizarmos uma primeira descrição sobre o que queremos propor como objeto de pesquisa.

A linguagem é elemento-chave quando queremos identificar e situar um problema a ser investigado e resolvido; ela tanto molda como é moldada pelo pensamento e pelo mundo onde vivemos. Portanto, sempre há atravessamentos diversos em jogo – forma de olhar o mundo, de explicar os fenômenos, acúmulos de conhecimento, entre outros.

Olhemos agora para os aspectos relativos ao nosso entendimento sobre o que é realidade, e como ela tem sido explicada ao longo da história. Os autores que estudaram as formas de conhecer o mundo e, em especial, as formas de conhecer com base na ciência, estabeleceram categorias explicativas para explicar as visões de mundo, e como elas afetam o processo de construção do conhecimento.

Nelson Vaz (1991), professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, trouxe indagações sobre aquilo que sempre se considerou “verdade”, ou seja, a ideia de que “existe um mundo real e objetivo, e a ciência precisa apenas se aproximar e conhecê-lo”.

É claro que ainda há correntes de pensamento que explicam o mundo desta forma – a realidade existe independente de cada um de nós, e não tem nada a ver com os modos de explicá-la. Em decorrência, o conhe-

cimento sobre essa realidade não muda, ou muda muito pouco, e, para ser passado de geração para geração, basta que alguém que “possui” esse conhecimento o “repassa” para aqueles que não o possuem (ou seja, que “nada sabem”). Isso lembra um tema bastante discutido no campo da pedagogia, o da educação bancária em contraposição à educação problematizadora.

No Quadro 1 a seguir, elaborado pela pesquisadora Rosely Magalhães de Oliveira (2000), apresentamos uma síntese do pensamento de Vaz (1991). Apresentam-se duas perspectivas sobre produção do conhecimento, considerando aspectos relacionados a “visão de mundo”, “função da linguagem” e “consequência prática” de cada uma delas.

Quadro 1 – Perspectivas sobre produção do conhecimento segundo Nelson Vaz (1991)

Perspectiva	Perspectiva idealista	Perspectiva construtivista
Visão de mundo	Existe uma só realidade (é um só mundo objetivo) que pode ser conhecida por meio da captação de informações, do acúmulo e da transmissão de informações. A percepção dos indivíduos no mundo, como habitantes no mundo, independe de como eles o descrevem. Existe uma só verdade – um só caminho.	Existem realidades (mundos subjetivos) que são criadas por cada sujeito na interação com outros sujeitos humanos e outros seres que habitam o mundo. As percepções de mundo são tão variadas quanto nossas formas de descrevê-lo. A realidade que cada sujeito percebe depende de sua história/experiência de vida e também de seus projetos. Existem diferentes verdades – diferentes caminhos.
Função da linguagem	A linguagem é apenas um meio para a difusão de informações sobre a “verdade”. É ela, a linguagem, que nos permite participar do mundo por meio da transmissão e recepção (consumo) de informações.	A linguagem e as explicações que ela permite construir são fenômenos essencialmente sociais, pois dependem das ações consensuais entre dois ou mais observadores. A linguagem, portanto, faz parte do processo de construção do conhecimento, à medida que é integrante da explicação da “realidade” de cada sujeito.
Consequência prática	Quem acumula mais informações sobre a “verdade” tem mais conhecimento e está mais autorizado a transmitir as informações e tomar decisões sobre ele (o mundo verdadeiro). Resta aos indivíduos menos informados acatar e obedecer aos conhecedores. Busca-se incessantemente “a verdade”, uma só verdade que represente o mundo o mais verdadeiramente possível. Essa “verdade” deve ser acatada e obedecida, levando ao estabelecimento de relações humanas baseadas no controle e na submissão. Um grupo de privilegiados que tem acesso às informações consideradas legítimas para representar a “verdade” acaba por impor suas decisões e normas, utilizando-se de um discurso considerado mais verdadeiro.	Admite-se a legitimidade de diversos conhecimentos e conhecedores, de acordo com sua realidade (como percebem e descrevem o mundo). Busca-se despender esforços no sentido de melhorar as condições de convivência com outros seres humanos, com outros seres vivos e objetos com os quais compartilhamos nossa existência. A melhoria das condições de convivência possibilita o compartilhamento de distintos conhecimentos que podem potencializar a ação coletiva e individual. Reconhece-se a necessidade de conviver/compartilhar/dialogar.

Fonte: Elaboração de Oliveira (2000), a partir da leitura de Vaz (1991).

Essas formas diferentes de compreender a realidade e o papel da linguagem irão se desdobrar, por sua vez, em diferentes formas de entender o que é conhecimento, como se produz e a quem ou a que serve.

Podemos aprofundar mais essa discussão refletindo sobre as possíveis consequências sociais e práticas das diferentes formas de pensar a produção de conhecimento.

Diversos outros autores também trouxeram reflexões semelhantes, uns aprofundando mais o sentido cognitivo do aprendizado e do pensamento (como Piaget), outros mais preocupados com as consequências sociais em termos de autonomia dos países e da justiça social como direito de todos – direito inclusive ao acesso ao conhecimento (como Paulo Freire, Juan Díaz Bordenave, Dermeval Saviani, entre outros).

Os caminhos investigativos – relação entre método e produção de conhecimento

O olhar investigativo exige um certo distanciamento. Como o pesquisador-observador é também alguém imerso em uma dada realidade, a ideia de neutralidade científica tem sido questionada, sobretudo quando o objeto de pesquisa é a realidade social. Isso não significa que o processo de investigação possa se desenvolver de qualquer modo. Os passos e as escolhas para definir um problema de pesquisa, e para investigá-lo, compõem o método científico.

O método será então o processo que mediará a relação entre o objeto de pesquisa (no seu caso a questão ou problema levantado) e você, como pesquisador. Veja o que diz a pesquisadora Suely Deslandes (2012, p. 82):

Espera-se que o método possa ajudar a regular tal relação, permitindo ao(à) pesquisador(a) que:

- oriente a busca desinteressada da verdade;
- exponha à crítica dos pares todos os procedimentos de construção do conhecimento empregados;
- ajude a produzir uma boa interpretação da realidade;
- reconheça a provisoriedade de seus achados, uma vez que a realidade e o método de produzir teorias sobre ela são igualmente históricos.

É claro que não é objetivo do curso que você se torne, de uma hora para outra, um pesquisador superespecializado. Mas é importante e

necessário que alguns desses postulados sobre a ciência sejam aplicados na construção do seu projeto de intervenção, desde a etapa de definição do problema.

A escolha de um método deve ser coerente com o referencial teórico e conceitual adotado, pois é esse referencial que irá orientar o seu olhar sobre a realidade, e lhe permitirá descrever alguma situação ou questão em termos de problema.

Como o produto a ser gerado é um projeto de intervenção, não basta levantar dados e analisar resultados da investigação – será preciso também propor ações capazes de modificar a realidade, ou de pelo menos preparar o caminho para a mudança. Um projeto, de forma geral, pode ser conceituado a partir de alguns atributos:

- prevê atividades orientadas para um fim específico, geralmente com foco na resolução ou enfrentamento de um problema;
- tem limites de tempo e recursos;
- sua implementação apresenta aspectos de incerteza e não previsibilidade.

Vejamos o que aponta a pesquisadora Suely Deslandes (2012, p. 84):

Um projeto constitui uma proposição de realização para o futuro, um planejamento de ações ainda a serem praticadas, mas também traz o sentido de um esboço, ainda provisório, que poderá demandar modificações quando for colocado em prática.

Há uma permanente tensão entre os fatos e as situações específicos que serão investigados e o campo de determinações mais gerais, que também se expressam nas situações particulares ou singulares. Sobre a relação entre o conhecimento produzido em uma realidade específica (local) e a possibilidade de generalizar a discussão dos seus resultados, a pesquisadora afirma:

O determinismo generalizante toma um modelo teórico e aplica suas regras e lógicas gerais à análise de qualquer realidade social, sem aprofundar suas especificidades e os seus contextos. Por outro lado, uma análise particularista ignora as articulações gerais daquela realidade com outras semelhantes (regularidades já previamente explicadas em determinadas teorias científicas) e trata de descrever minuciosamente todos os fatos e fenômenos sem o confronto com as teorias que explicam esses acontecimentos à luz de estruturas e processos sociais mais amplos (DESLANDES, 2012, p. 83).

Note que o desafio é superar tanto o olhar “empiricista”, assentado apenas na análise das questões particulares ou singulares, como também as explicações excessivamente generalizantes, ou apenas teóricas. A relação entre teoria e campo empírico é um diálogo constante – leitura, debates, trocas com colegas e tutores, retorno aos dados coletados – tudo isso deverá compor esse processo de análise e definição do problema que servirá de base para a elaboração do seu TCC.

O método é uma escolha consciente e estratégica, que leva em conta o objeto de estudo e sua natureza, além de outros elementos, como os objetivos do estudo, o tempo disponível para a pesquisa, os recursos existentes, entre outros. Sendo uma escolha, inclui determinados procedimentos, faz determinadas perguntas, e deixa de fora outros procedimentos e perguntas. Nesse sentido, nenhuma pesquisa atinge a completude do conhecimento acerca de seu objeto, sendo apenas mais um “grão de areia” para contribuir na caminhada da produção de conhecimento.

Essa caminhada não tem fim, e o método, nessa etapa do curso, será a possibilidade de trilhar um caminho compartilhado com outros colegas, e que o ajudará na reflexão e ação sobre a realidade do seu local de trabalho.

Roteiro para a construção do projeto de intervenção

Agora é hora de detalharmos mais os componentes e passos que serão necessários para a elaboração do projeto de intervenção. – nosso tema é o “roteiro de construção do projeto de intervenção”. Para isso, vale parar um pouco e pensar: o que é um projeto?

A pesquisadora Suely Deslandes (2012, p. 84) considera que:

Um projeto de intervenção se constitui de forma semelhante ao de investigação científica, mas aporta a definição do objeto definido como uma ‘situação-problema’. Demanda uma ‘análise de viabilidade de implementação’, além de ser desejável que inclua um plano de monitoramento e avaliação dos resultados propiciados pela intervenção [...].

Embora existam diferenças, de modo geral, os elementos que compõem um projeto de intervenção incluem:

- Introdução
 - Apresentação do projeto
 - Descrição do tema e do problema

- Justificativa
- Objetivos
- Revisão de literatura
- Metodologia
 - Público-alvo
 - Abrangência
 - Descrição da ação
 - Cronograma
 - Recursos
 - Parcerias e articulação intersetorial na perspectiva do trabalho em rede
- Acompanhamento e avaliação
- Considerações finais
- Referências

A seguir apresentaremos cada um desses elementos.

Elementos de um projeto de intervenção

Introdução

Apresentação do projeto

A escolha de um tema é o primeiro passo para que se determine o escopo do campo de estudo. Trata-se de uma primeira e mais geral aproximação e não necessita, nesse momento, de exaustiva busca bibliográfica.

O tema de um projeto revela qual área de interesse será trabalhada. A partir dessa escolha várias questões se apresentam e, ao formularmos perguntas ao tema, estaremos construindo sua problematização. “Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico” (DESLANDES, 2010, p. 60).

Descrição do tema e do problema

Considerando objeto, problema e situação-problema como termos correlatos, enfrentamos aqui um primeiro desafio, o de tornar mais claro o seu conceito e o do seu verbo correspondente, relativo ao ato de problematizar.

Na área da educação, o termo “problematização” está vinculado às vertentes pedagógicas críticas. No livro *A pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (1987) discute a importância do papel do educador no ato de problematizar, que em algumas passagens está referido ao processo denominado “descodificação” do seu método de alfabetização. Freire se ampara na filosofia do materialismo histórico-dialético, quando recupera o pensamento do filósofo Karel Kosik (1985), no livro *A dialética do concreto* (1985), no qual o autor se refere ao mundo da vida cotidiana e às formas de representação imediata da realidade pelas pessoas com o termo “pseudoconcreticidade” – pseudo, porque falso, aparentemente dado; e concreticidade, porque o mundo, no nosso dia a dia, nos surge como algo concreto a ser vivido, estando ocultas as suas complexas e múltiplas determinações históricas, econômicas, culturais, entre outras.

Situação-problema, ou problema, para Freire (1987), é aquilo que se apresenta para homens e mulheres como questão que lhes impede ou dificulta seu pleno desenvolvimento e viver, a “vocação para ser mais” que todos temos. É também uma situação ou questão cuja determinação e elementos constituintes não estão imediatamente visíveis – por isso a ideia de algo “pseudoconcreto”.

Daí decorre que não há problema predefinido num processo de investigação que pretenda olhar uma dada realidade social. O problema a ser investigado precisa ser construído por meio de um esforço de cognição que, partindo da vivência empírica e também do arcabouço teórico do pesquisador, busque captar seus elementos constituintes, as suas determinações mais amplas, e quais as formas de mediação entre os níveis de determinação.

O processo de problematização da realidade não se produz a partir de questões externas a um grupo, trazidas por alguém de fora. Pelo contrário, é preciso partir de onde se está, das questões cotidianas, e trilhar um debate investigativo coletivo. O objeto, ou problema, não está predefinido ou explícito.

No ato de problematizar, as perguntas que permitem que as pessoas expliquem, identifiquem aspectos não visíveis e recuperem o processo histórico são sempre boas. O educador não pode estabelecer metas ou produtos *a priori* – as explicações podem se encaminhar por trilhas diversas, e podem se abrir também para soluções criativas e solidárias, aquilo que ainda não existe, mas pode se produzir a partir do exame coletivo do problema. Paulo Freire (1987) chamou de “inédito-viável” essa potência de transformação que está presente em todo problema.

Outros autores também se alinham a essa perspectiva no que se refere a problema. Elizabeth Artmann (2000), pesquisadora da ENSP/Fiocruz, destaca que um dos aspectos importantes no enfoque do Planejamento Estratégico Situacional (PES) defendido por Carlos Matus é:

Um problema suscita a ação: é uma realidade insatisfatória superável que permite um intercâmbio favorável com outra realidade. [...] problema nunca é “solucionado” definitivamente, mas uma intervenção eficaz na realidade deve produzir um intercâmbio positivo de problemas.

Deslandes (2012, p. 87-88), por sua vez, aponta que:

Um projeto de intervenção é aquele que nasce do reconhecimento e caminha para o conhecimento mais sistemático de uma situação-problema que pode ser definida como insatisfatória, mas que pode ser mudada para outra realidade que se considere desejável. Em outros termos, é uma situação reconhecida socialmente como fragilizadora das potências e capacidades de indivíduos, grupos e instituições que pode ser modificada, seja a curto, médio ou longo prazo [...] A eleição de um problema para intervenção precisa ainda levar em conta o valor e o reconhecimento daquele problema para a sociedade, o custo econômico das proposições e a eficácia da intervenção proposta diante da complexidade do problema.

Neste momento, o convidamos a retornar às suas anotações e sínteses realizadas durante as microintervensões e outras atividades do curso, nas quais registrou a temática, para, a partir de sua experiência e acúmulos teóricos, buscar construir e especificar que problema deve ser aquele que precisa e pode ser enfrentado por meio de um projeto de intervenção.

Justificativa

A justificativa se refere à relevância do projeto. Nesse item, os motivos que justificam o projeto devem ser explicitados, bem como os fatores que determinaram a escolha do problema, as contribuições, possíveis intervenções ou soluções. De acordo com Deslandes (2010, p. 42): “A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador”.

Objetivos

Muito embora alguns materiais acadêmicos dediquem uma parte separada para apresentar seus objetivos gerais e específicos, ainda assim eles fazem parte da introdução. É uma decorrência natural do processo reflexivo e de escrita; partindo da contextualização mais geral da temática, até a definição de um objeto de intervenção, os objetivos irão descrever o que se pretende atingir com o projeto de intervenção.

Não se deve confundir objetivos com as possíveis contribuições do projeto. Os objetivos de um projeto de intervenção apontam as mudanças desejadas, seus propósitos finais e os resultados esperados. As contribuições serão decorrência dos objetivos atingidos.

Geralmente define-se um objetivo geral e objetivos específicos. Projetos grandes, complexos, podem ter diversos objetivos específicos, mas, de forma geral, sugere-se que não se defina um número excessivo deles. É recomendável que os objetivos sejam enunciados com verbos no infinitivo, definindo a ação proposta (DESLANDES, 2012).

Esse conjunto de registros escritos irá compor então a introdução do seu projeto de intervenção.

Na atividade de metodologia – MC3 e MC4 –, você terá que sistematizar todos esses elementos da introdução do seu projeto de intervenção. A ideia é que você, junto com seus colegas e tutor, apresente e discuta o seu pré-projeto no 2º Encontro presencial.

As demais etapas do seu projeto de intervenção exigirão um certo aprofundamento teórico e conceitual em torno do tema e do problema.

Revisão de literatura (com base em revisão/ busca bibliográfica)

É nesse momento que você irá fazer um aprofundamento acerca da temática e do objeto definidos para o seu estudo ou projeto de intervenção, articulando os dados científicos com a realidade local. A revisão de literatura apresenta a temática central do estudo ou projeto de intervenção, com base no que outros autores dizem e escrevem sobre esse mesmo tema.

Para isso, existem modelos de busca consolidados no campo das ciências no Brasil, e que são de uso fácil, estando as fontes, em sua maioria, disponíveis publicamente. No entanto, para efetivar uma busca correta e encontrar aquilo que se deseja, é preciso definir palavras-chave de busca, sendo que existem bases formais nas quais se pode encontrar esses termos que são de uso corrente.

Metodologia

A definição dos caminhos para seu projeto atingir os objetivos é o que chamamos metodologia.

Qualquer proposta metodológica é uma escolha e, como tal, deve ser coerente com o tema e o problema que se deseja abordar. Vamos pensar!

Se meu problema de pesquisa e intervenção é a ausência de informações sobre obesidade infantil em uma localidade, e eu quero desenvolver um projeto de intervenção que contribua para ampliar o acesso a essas informações, o caminho metodológico poderia ser:

- realizar uma ampla revisão de literatura internacional e nacional sobre o problema, identificando quais as melhores propostas de intervenção;
- entrevistar os principais comunicadores de emissoras de rádio e televisão para desenvolver com eles uma proposta para ampliar as informações; ou
- propor, na escola, a criação de um grupo para divulgar mais informações sobre obesidade infantil.

É claro que, olhando essas propostas, tendemos a achar que a última é naturalmente a mais adequada, pois está voltada para o próprio local onde o problema foi identificado. Em se tratando de um projeto de intervenção, a sua aplicabilidade é um elemento central.

Mas será que as demais escolhas estão erradas? Em se tratando de ciência, estamos falando de escolhas, afinadas com uma certa concepção sobre conhecimento e realidade. Assim, uma revisão de literatura não é, a rigor, errada, mas tem limites para a construção de um projeto de intervenção – é longa, é apenas teórica, e impede que uma relação efetiva se estabeleça entre aquele que propõe o projeto e a realidade a ser enfrentada.

Da mesma forma, entrevistar comunicadores, sensibilizá-los e com eles desenvolver uma proposta para ampliar a difusão de informações seria um excelente projeto de intervenção. Para tanto, será necessário pensar na sua viabilidade e aplicabilidade, tanto do ponto de vista dos recursos como do tempo de que se dispõe.

Além desse, outros itens devem compor a sua metodologia:

Público-alvo

Atores que o projeto abrangerá direta ou indiretamente e que serão beneficiários dessa ação.

Abrangência

Apresentação de características demográficas, socioeconômicas e ocupacionais do território onde será realizado o projeto de intervenção.

Descrição da ação

Definição das estratégias, descrevendo as atividades a serem realizadas e relacionadas com cada objetivo proposto.

Cronograma

A distribuição, no tempo, das etapas definidas nos objetivos específicos constitui-se no cronograma do projeto. Por vezes, é necessário que algumas etapas preliminares sejam desenvolvidas, tais como reuniões preparatórias, microintervenções e leituras prévias.

O cronograma é usualmente descrito em uma tabela, na qual as colunas são os meses ou semanas de desenvolvimento, e as linhas, à esquerda, apresentam as etapas a serem cumpridas, sendo que algumas podem se sobrepor. Veja este exemplo, para um projeto a ser desenvolvido em nove meses.

Etapas	Meses								
	jan.	fev.	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set.
Reuniões preliminares para definição de um grupo operativo microintervenções									
Revisão de literatura e discussão coletiva									
Desenvolvimento das ações									
Reuniões de acompanhamento e monitoramento									
Avaliação coletiva do projeto									

Recursos

Recursos se referem ao conjunto de apoios, financeiros ou de outra ordem, que serão necessários para desenvolver o seu projeto de intervenção. Podem ser recursos materiais (papel, tinta de impressão etc.), ou apoios de outro tipo (obtenção de tempo para desenvolver alguma atividade, uso de algum tipo de recurso de divulgação etc.).

É importante que você defina as bases necessárias, em termos de recursos, para que o projeto de intervenção possa acontecer, mesmo sabendo que, para fins da terminalidade deste curso, você não necessitará

implementá-lo. Os recursos são descritos, geralmente, em formato de lista de itens, constando também a quantidade necessária de cada item.

Parcerias e articulação intersetorial na perspectiva do trabalho em rede

O projeto deve prever alianças e parcerias intersetoriais com vários atores, na perspectiva do trabalho em rede. Devem ser definidas as responsabilidades dos diferentes atores, de modo a assegurar uma boa execução e o desenvolvimento das atividades propostas no projeto.

Acompanhamento e avaliação

É necessário incluir as etapas de acompanhamento do desenvolvimento das ações descritas e definir como, quando e por quem será executado. O acompanhamento deve ser realizado ao longo do projeto para que se possa reconduzir, redimensionar e formular recomendações.

A avaliação é fundamental no processo de implementação e pretende verificar o impacto das ações realizadas.

Considerações finais

Todo projeto apresenta um item com as conclusões ou considerações finais. Nessa etapa, recomenda-se retomar o planejamento inicial do projeto, contemplando os resultados esperados.

No caso específico de um projeto de intervenção, não se pretende alcançar a completude do conhecimento, e sim contribuir no seu processo de construção, bem como no desenvolvimento de uma proposta de ação, considerando o problema a ser enfrentado.

Nas considerações finais pretende-se fazer uma “costura” das ideias desenvolvidas ao longo de todo o projeto, contemplando planejamento inicial, problema escolhido, justificativa, revisão de literatura, metodologia e resultados previstos.

Tanto o início quanto o final do projeto são considerados partes fundamentais e é importante deixar claro sobre o que trata o texto em sua totalidade.

Referências

As referências ajudam a identificar as obras e as publicações que foram consultadas e citadas no projeto, não apenas distinguindo o que foi escrito por você e o que é de outros autores, como também explicitando como eles contribuíram para o seu trabalho (BOLETIM DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, 2011). Elas representam o conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de documentos que permitem a sua identificação individual. É um elemento obrigatório no TCC. Todas as referências a obras publicadas ou a documentos utilizados no corpo do trabalho devem constar nesta seção e seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2016).

Caso sinta necessidade, recomendamos que consulte seu tutor e as orientações presentes na parte IV do Caderno do Aluno (seção “Como fazer referências e citações no TCC”).

Referências

ARTMANN, E. Planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor de uma visão multisetorial. *Cadernos da Oficina Social*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 98-119, 2000.

ASSOCIAÇÃO MUSICAL SUZUKI. *Metodologia Suzuki*. Campinas: Associação Musical Suzuki, [2014]. Disponível em: <http://www.associacaomusicalsuzuki.com.br/metodologia-suzuki/>. Acesso em: 2 maio 2018.

BOLETIM DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, edição Primavera 2011, nº 21. Disponível em: <https://issuu.com/bibliotecasua/docs/boletim21/22>

BORODITSKY, Lena. Como a linguagem modela o pensamento diferentes idiomas afetam de maneiras distintas a percepção do mundo. *Scientific American Brasil*, n. 106, mar. 2011. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/como_a_linguagem_modela_o_pensamento.html. Acesso em: 13 abr. 2018.

DAVID, H. M. S. L.; ACIOLI, Sonia. Problematizando a problematização: notas sobre uma prática educativa crítica em saúde. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. *Educação e promoção da saúde: teoria e prática*. Santos: GEN, 2012. p. 285-302.

DESLANDES, S. F. Notas para elaboração de projetos de investigação científica e projetos de intervenção. In: LEITÃO, Cleide Figueiredo; SANTOS, Henriette (org.). *Curso de impactos da violência na saúde: caderno do aluno: orientações para o curso de especialização*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2012. p. 80-104.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 31-60.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA/ENSP. Orientações para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Rio de Janeiro: ENSP, 2016. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/e37ca0605ed78d6831c2f929073066c3a2b3bac5.PDF>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MICHAELLIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

OLIVEIRA, R. M. *A produção do conhecimento em escala local: repensando a relação entre a investigação científica e a experiência dos grupos populares*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2000.

VAZ, N. Com o olhar de um biólogo. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: NATUREZA E CULTURA, VIDA E SOCIEDADE, 8., 1991, Rio de Janeiro. [Anais...]. Rio de Janeiro: Senac, 1991.